

REFORMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

“A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nasceu em 1961. Depois veio a LDB nº 5.731/72 e a série se concluiu em 1996, com a LDB nº 9.394. Hoje, a lei é a mesma, mas desfigurada pela existência de 35 emendas constitucionais. Não há um sistema organicamente constituído.

Anuncia-se a reforma do ensino médio, quando o certo seria começar tudo de novo, a partir da educação infantil, e ter uma Base Curricular Nacional, com a valorização de matérias como o Português e a Matemática. Prevê-se que o novo currículo possa ser implementado a partir de 2019, inclusive com o revigoramento do tão sonhado ensino técnico, que não pode ser deixado para depois. O Sistema “S” é uma realidade incontestável e sempre esteve disposto a emprestar sua preciosa colaboração à educação nacional, formando os técnicos de nível intermediário, para o grande mercado nacional.

Na conjuntura atual, é fundamental a missão do Conselho Nacional de Educação, ao qual incumbirá a tarefa de orientar a criação do currículo, além de seguir no comando de todo o processo de implementação do ensino superior brasileiro e de sua pós-graduação. Não se pode desprezar a atuação do Conselho no quadro da política brasileira de educação. Fiz parte desse Conselho durante oito anos e após ter comandado durante três anos a sua Câmara de Ensino Superior, sei bem de sua importância.”

Arnaldo Niskier

Segundo o INEP, entre 2014 e 2015, 11% dos alunos do ensino médio

abandonaram os estudos e 15,2% ficaram na repetência. Repetência e evasão se concentram nos primeiros anos de cada ciclo. A explicação é que há uma política mal feita para essas transições – explica Priscila Cruz, fundadora presidente-executiva do Movimento Todos pela Educação.

A evasão teve uma queda progressiva, aumentando apenas em 2014. Entre 2007 e 2008, o percentual de alunos que havia abandonado o ensino médio era de 14,4%. O índice caiu nos anos seguintes e, em 2013, chegou a 10,8%. De 2014 para 2015, ele voltou a subir, ficando em 11%. Já a evasão nos anos finais do ensino fundamental foi de 5,4% entre 2014 e 2015.

A reforma do ensino médio é uma aposta para tentar reduzir os índices de evasão. De acordo com presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Eduardo Deschamps, “nunca houve, ao longo desse período, uma mudança estrutural no ensino médio, por isso a reforma é tão importante – A maior flexibilização do ensino, na qual o aluno define se quer que sua educação seja preparatória para o ensino superior, mas também para entrada no mundo do trabalho, ajuda a garantir a permanência do jovem na escola.”

Para Cesar Callegari, membro do CNE, muitas escolas têm dificuldade de atuar sobre os problemas de aprendizagem do ensino fundamental, sobretudo na passagem dos anos iniciais para os finais. Fala-se do ensino médio, da alfabetização, mas os anos finais do ensino fundamental têm sido um patinho feio, abandonado pela educação brasileira.

REFORMA TRABALHISTA

“No que respeita à reforma trabalhista, o projeto é razoável. Ajusta o mercado de trabalho às mudanças estruturais recentes da própria atividade. Deve melhorar a empregabilidade em alguns setores. É pouco provável, entretanto, que acelere substancialmente o emprego, mas acomodará melhor o equilíbrio do mercado de trabalho com a flexibilização do salário.”

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

“Quanto à reforma da Previdência, sua maior oposição vem do alto escalão do funcionalismo federal que se apropriou do poder em Brasília. Trata-se de uma “elite extrativista” que “conquistou” no grito direitos “mal” adquiridos, desde 1988, graças ao laxismo e covardia dos governos de plantão, ajudados pela inacreditável cegueira dos trabalhadores que aceitam alimentá-la. No caso da previdência, demografia é destino! O sistema atual caminha inexoravelmente para sua falência! Sua reforma será feita, “conosco” ou “semnosco”. Se não agora, em futuro não muito distante, na maior ordem, ou na maior desordem, para gaudium dos que defendem a ética da “convicção” na solução de nossos problemas...”

Antonio Delfim Netto – Ex-Ministro da Fazenda

ECONOMIA E POLÍTICA

Não resta dúvida que a recessão econômica chegou ao Brasil em 2014, com crescimento praticamente nulo do PIB (+0,5%) e quedas acentuadas em 2015 (-3,8%) e 2016 (-3,6%). Por traz desses acontecimentos está a retração dos investimentos públicos e privados, com taxa negativa de crescimento em 2015 (-13,9%) e 2016 (-10,2%). No primeiro trimestre de 2017, segundo o IBGE, a taxa de investimentos se situou

em magros 15,6% do PIB, quando seriam necessários, tradicionalmente, cerca de 25% para respaldar um crescimento econômico anual entre 2,0% a 2,5%.

A recessão neste ano só não está sendo igualmente dramática porque espera-se que o setor agropecuário tenha uma fantástica expansão na safra 2016/2017, a maior de nossa história, com aumento anual de 29,2% na produção de grãos. O setor agrícola ajudou a derrubar a inflação e a expandir fortemente as exportações, dois importantes fatores positivos na conjuntura atual.

A angustiante crise política está produzindo um cenário adverso de insegurança e incerteza, agravado recentemente pelas espantosas revelações de corrupção sistemática no País, iniciada no Governo PT/PMDB, envolvendo conhecidos políticos.

De tudo isso, o que resta é a serenidade e seriedade da equipe econômica chefiada pelo Ministro da Fazenda, com destaque para a Petrobras, a Eletrobras, o BNDES e o Banco do Brasil.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

O índice de confiança do comércio recuou 2,9 pontos em junho ao passar de 88,6 para 85,7 pontos, retornando ao nível de março. A redução da confiança no mês foi influenciada pelo aumento das incertezas no âmbito político e pela piora da percepção das empresas em relação ao nível atual de demanda, sugerindo uma leitura pouco favorável da atual conjuntura.

O Índice de confiança do consumidor também apresentou recuo em junho, passando para 82,3 pontos (1,9 ponto a menos que no mês anterior).

PIB e Investimentos

Com o crescimento de 1,0% no primeiro trimestre de 2017, o Brasil interrompeu a sequência de oito trimestres consecutivos de retração do PIB. Em parte, a melhora da atividade econômica neste início de ano deveu-se ao ótimo desempenho do setor agropecuário. Para o segundo trimestre, a expectativa é de recuo do PIB, com variação de -0,4%, motivada por uma contribuição menor da agropecuária. Com isso, a projeção de crescimento para 2017 foi revisada de 0,4% para 0,2%.

Apesar de o PIB ter subido no primeiro trimestre, após dois anos seguidos de baixa, a taxa de investimento não reagiu. Enquanto o PIB avançou 1% do quarto trimestre de 2016 para o primeiro deste ano, a formação bruta de capital físico (FBCF) recuou 1,6%, frustrando as expectativas de crescimento.

Ainda em relação a investimentos, o Fundo Brasil-China, composto com US\$ 15 bilhões em recursos chineses e US\$ 5 bilhões do Brasil, começou a receber neste mês as inscrições de projetos interessados em financiamento.

Indústria

A produção industrial apresentou uma pequena recuperação em abril (0,6%), após uma queda de 1,3% em março, em comparação com o mês imediatamente anterior. A Indústria de Transformação mostrou aceleração de 0,6%, enquanto a Extrativa recuou em 1,4%, corroborando com a tendência de queda dos dois meses anteriores (-1,3% em março e -0,3% em fevereiro).

Com a queda de produção de petróleo na Venezuela e no México, o Brasil se tornou o maior produtor de petróleo da América Latina. Essa tendência deve se reforçar neste ano.

Comércio

Puxado pelas vendas de alimentos e vestuário, o varejo surpreendeu ao registrar alta significativa em abril, favorecido por condições transitórias, como a liberação do dinheiro das contas inativas do FGTS e o feriado de Páscoa, sinais de que o fôlego do consumidor ainda é curto e muito dependente de outro fator: o emprego. Em abril, a alta do comércio varejista foi de 1% sobre março - a primeira após dois meses seguidos de queda. Sobre igual período de 2016, a alta foi de 2%, interrompendo 24 meses de taxas negativas.

O volume de serviços teve alta de 1% em abril, na comparação com o mês anterior. Foi o melhor resultado na série ajustada desde março de 2016, quando houve crescimento de 1,2%. Também foi o melhor abril desde 2013 (+2,1%). Em março deste ano, o setor havia recuado 2,6% após revisão. Em termos de receita nominal houve crescimento de 0,5% entre março e abril, mas na comparação com igual mês do ano anterior houve queda de 0,4%.

Agricultura

Apesar das ameaças de geadas na região Sul, que representam algum risco para as plantações de milho, cana, trigo e café no Paraná, a chegada do inverno não deverá tirar o sono dos agricultores brasileiros. Já o excesso de chuvas em alguns polos do centro-sul nas últimas semanas virou um problema para muitos produtores. As precipitações têm provocado atrasos na colheita de cana-de-açúcar e café e gerado queda na qualidade do feijão cultivado na última safra.

O Ministério da Agricultura elevou sua estimativa para o valor bruto da produção (VBP) agropecuária do País em 2017. Sobretudo por causa de um ajuste para cima no cálculo para o milho.

Mercado de Trabalho

O bom momento vivido pela agropecuária foi o principal responsável pelo resultado positivo na criação de vagas com carteira assinada em maio. Entre demissões e contratações, foram criadas 34,2 mil vagas com carteira assinada, melhor resultado para o mês desde 2014. A agricultura e a pecuária responderam por 46 mil vagas criadas no mês passado, enquanto outros três setores (indústria de transformação, serviços e administração pública) também geraram postos, mas em patamar bem inferior: 4.376.

Os trabalhadores que conseguiram manter uma ocupação com carteira assinada estão obtendo ganhos de renda. Por causa da expressiva desaceleração da inflação observada desde o início do ano passado, um número crescente de categorias profissionais vem conseguindo concluir negociações e acordos coletivos que lhes asseguram aumentos reais.

Sistema Financeiro

Segundo levantamento da CNC, em março, os recursos decorrentes dos saques nas contas inativas do FGTS provocaram um impacto positivo de R\$2,65 bilhões nas vendas do comércio varejista brasileiro.

A liberação de empréstimos do BNDES para a aquisição de máquinas e equipamentos registrou em maio a primeira alta desde setembro de 2014, chegando a R\$ 1,5 bilhão. O número representa aumento de 11% com relação ao mesmo mês de 2016.

O volume total de crédito do sistema financeiro caiu 1,3% no ano (até maio) e 2,6% no período de 12 meses. Com recursos livres (bancos privados) a queda foi de 2,2% e 3,7% e com recursos direcionados (bancos oficiais) de 0,4% e 1,5%, respectivamente. Em relação ao PIB, verifica-se que o volume

de crédito caiu seguidamente de 53,7% em dezembro/2015 para 48,6% em maio/2017. Nos últimos 12 meses, até maio, a redução do crédito foi mais intensa na indústria (-10,2%).

O montante dos recolhimentos compulsórios subiu seguidamente de R\$395,1 bilhões em 31/dez/2015 para R\$446,2 bilhões em maio/2017.

Inflação

A prévia da inflação oficial, IPCA-15, atingiu 0,16% na primeira quinzena de junho, tendo sido a menor taxa para o mês desde 2006. No ano, o indicador acumula alta de 1,62%, bem abaixo dos 4,62% referentes ao primeiro semestre do ano anterior. Este resultado (1,62%) é o menor para um primeiro semestre desde 1994, quando teve início o Plano Real.

O cenário de preços de commodities em baixa e câmbio relativamente controlado levou a inflação no atacado a recuar pelo terceiro mês seguido. Com a conjuntura favorável, o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) acumulou queda de 0,72% nos 12 meses encerrados em junho. O índice não ficava em patamar negativo desde janeiro de 2010, quando caiu 0,66%.

Setor Público

As contas do Governo federal registraram superávit primário de R\$ 12,57 bilhões em abril deste ano. Trata-se do melhor resultado para meses de abril desde 2014. No acumulado de janeiro a abril deste ano, porém, as contas ficaram no vermelho. O déficit primário foi de R\$ 5,64 bilhões e o resultado, apesar de negativo, é melhor que o registrado no mesmo período do ano passado, quando o rombo fiscal somou R\$ 8,23 bilhões.

Enquanto a ala política do Governo tenta recorrer a um “pacote de

bondades” para aplacar a crise que coloca em xeque a gestão de Michel Temer, a área econômica convive hoje com incertezas em torno da arrecadação de mais de R\$ 90 bilhões em receitas extraordinárias que estavam previstas para este ano.

Dados divulgados pela Receita Federal mostraram que o mês de maio teve o pior resultado para a arrecadação em sete anos. Ingressaram nos cofres do Governo R\$ 96,69 bilhões, montante 0,96% inferior ao verificado em igual mês do ano passado.

Em meio aos esforços do Governo para encaminhar a reforma da Previdência no Congresso, o rombo do INSS ficou próximo de R\$ 12 bilhões em abril. Em apenas quatro meses de 2017, a Previdência já acumula déficit primário de R\$ 52 bilhões, o que representa crescimento de 38,7% em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado.

Setor Externo

Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC) informou que a balança comercial de junho acumulou, domingo (18/06/17), superávit de US\$ 3,58 bilhões. Segundo o Governo, neste período, as exportações somaram US\$ 10,27 bilhões e as importações, US\$ 6,69 bilhões. Somente na terceira semana deste mês, o superávit foi de US\$ 1,3 bilhão.

A conta corrente do balanço de pagamentos registrou, em maio, o maior superávit mensal em mais de duas décadas, mas o fluxo cambial financeiro voltou a mostrar saídas expressivas. O superávit em transações correntes foi de US\$ 2,884 bilhões, maior para meses de maio desde o começo da série estatística, em 1995.

No cenário internacional, o FED decidiu elevar a taxa de juros dos EUA pela segunda vez neste ano, para a faixa

entre 1% e 1,25%. Com isso, os juros ficarão acima de 1% pela primeira vez desde a crise financeira de 2008. O FED citou o contínuo crescimento econômico dos Estados Unidos e o fortalecimento do mercado de trabalho como razões para a decisão.

Os Estados Unidos suspenderam temporariamente a compra de carne *in natura* brasileira. Desde março, após a Operação Carne Fraca, os norte-americanos passaram a inspecionar todos os lotes de carne *in natura* vendidos pelo Brasil – 11% foram rejeitados. O motivo foi uma reação da vacina contra febre aftosa, que não afeta a qualidade do produto, mas não é aceita nos EUA. O veto temporário à carne do Brasil interrompe precocemente um canal de exportação que demorou muito tempo pra ser aberto. Foram 17 anos de negociação para convencer os norte-americanos a comprar o produto brasileiro.